

ADORNO: ESTRUTURA PSÍQUICA E IDEOLOGIA

IRAY CARONE

Universidade de São Paulo

Vou partir da hipótese de que Theodor W. Adorno, filósofo alemão ligado ao Instituto de Pesquisa Social da Escola de Frankfurt, desenvolveu uma Psicologia Social que não circunscreveu o trabalho da razão crítica à crítica das Psicologias existentes. Na verdade, em *A Personalidade Autoritária* (1950), escrita por ele e por psicólogos da Universidade da Califórnia, Berkeley, está consubstanciada uma Psicologia Social que poderíamos chamar de Psicologia Crítica ou Negativa.

Há muito o que dizer sobre *A Personalidade Autoritária* porque muito foi dito sobre ela. Na década de 50, quando foi publicada, muitas pesquisas surgiram nos Estados Unidos como reaplicações do seu modelo teórico de análise psicossocial ou então, como testes metodológicos visando a crítica dos seus resultados. Durante pelo menos uma década, as pesquisas versaram sobre ela, de uma forma ou de outra (Carone, 1987).

Os antecedentes teóricos e empíricos dessa grande obra científica, cujo impacto durou pelo menos duas décadas após a sua publicação, podem ser encontrados na obra de W. Reich anterior à 1934 e nos estudos sobre *Autoridade e Família*, publicados em 1935 pelo Instituto de Pesquisa Social de Frankfurt.

Na segunda parte do *Autoridade e Família* foi apresentado o maior estudo empírico do Instituto sobre os operários alemães, através de um questionário de 270 itens que versavam sobre a situação social do trabalhador bem como sobre a sua *mentalidade* (representações), de modo a permitir inferências sobre a sua estrutura psíquica. É preciso frizar que muitos itens eram projetivos e atitudinais, com a finalidade de elidir os mecanismos de defesa do ego do sujeito estudado.

Os resultados da pesquisa foram apresentados na forma de respostas de 15 sujeitos separados em três tipos: o caráter revolucionário, o caráter autoritário e o ambivalente, cada um diagnosticado através de uma interpretação intuitiva das respostas.

A questão psicopolítica levantada por Reich ganhava agora uma conotação mais *científica*, de acordo com as propostas do Instituto de Pesquisa Social em janeiro de 1931: o problema teórico da relação entre condições econômicas, produtos culturais e mudanças na estrutura psíquica dos indivíduos, deveria ser objeto de um estudo empírico com auxílio de técnicas analíticas (como os métodos projetivos).

No entanto, em *A Personalidade Autoritária*, a relação entre personalidade e ideologia, objeto da investigação, vai assumir uma especificidade própria, de modo que não podemos alinhá-la simplesmente aos estudos reichianos sobre o caráter neurótico do aderente ao Nazismo, nem supor que Adorno postulou algum *ideal de homem* ou de *saúde mental* como idéia reguladora da análise do síndrome autoritário. Em outras palavras: Adorno e os pesquisadores do grupo de Berkeley queriam estudar, pela via empírica, as várias configurações psicológicas historicamente engendradas dentro do contexto cultural americano da década de 40. Lembremo-nos que os Estados Unidos da América do Norte se colocavam, em termos de política externa, *contra* o fascismo alemão e italiano, por se julgarem uma autêntica democracia defensora dos direitos do cidadão e das instituições políticas sustentadas pelo poder popular.

Como então falar de *fascismo americano*? Problema chocante para uma sociedade que se representava como não-fascista, não-totalitária, não-militarizada, etc... No entanto, a proposta frankfurteana não era a de estudar a sociedade americana do ponto de vista de suas ideologias políticas e sociais.

A questão era a de descobrir um *potencial fascista* na personalidade dos indivíduos, fossem eles americanos ou não, proletários ou não-proletários, brancos ou não-brancos, minorias ou não-minorias. Muito embora os sujeitos da pesquisa fossem brancos, norte-americanos, pertencentes de modo geral à classe média, não pertencentes às minorias étnicas, etc., a pesquisa em si não pressupunha uma limitação quanto às possíveis aplicações do mesmo repertório teórico e técnico para amostras derivadas de outras fontes e com características muito diferentes.

A meta da investigação era, pois, a de perceber uma predisposição psicológica ou receptividade às ideologias totalitárias de direita, tomando a ideologia política e social do fascismo como uma expressão concreta. Era preciso, pois, discernir entre as ideologias do indivíduo das ideologias socialmente engendradas pelo processo histórico de uma determinada sociedade.

A pergunta era: qual é a função que as ideologias várias de um indivíduo sobre religião, política, economia, minorias étnicas, etc., cumprem na sua economia psíquica? Sem descartar a versão marxista clássica da ideologia no seu papel de condição de reprodução das relações de domínio, *A Personalidade Autoritária* vai perguntar agora sobre a sua função psíquica, melhor dizendo, sobre a função que as ideologias desempenham na satisfação de necessidades, impulsos e desejos do indivíduo. Podemos adiantar que elas funcionam como racionalizações de desejos e impulsos censurados que ganham, através do discurso ideológico, uma espécie de passaporte ou visto de passagem para a sua realização.

Não tem sido incomum a aproximação dos conceitos *ideologia* e *racionalização*, objetos da crítica ideológica no marxismo e da crítica

psicanalítica. A racionalização foi introduzida na Psicanálise através de Ernest Jones para designar a asserção que preenche certas funções na economia psíquica do sujeito de modo a camuflar interesses inconscientes sob censura. A análise tem por função não só estabelecer a sua falsidade e sua necessidade bem como trazer à luz o que estava sendo escondido.

No entanto, diz Adorno, a mesma asserção pode ser julgada como verdadeira ou falsa, dependendo se é criticada do ponto de vista do contexto social ou psicodinâmico.

A tese de Mandeville de que os vícios privados são virtudes públicas significa aqui que se a racionalização pode ser julgada no contexto psicanalítico como *falsidade* que encobre o irracional censurado, ela exprime outra coisa no contexto social, ou seja, a verdade objetiva do todo.

As racionalizações são as cicatrizes da razão num estado de desrazão (Adorno, 1968, p. 82)

que não denunciavam meramente a neurose mas uma sociedade falsa.

Vejamos o caso da ideologia anti-semita do fascismo.

O indivíduo obcecado pelo desejo de matar sempre viu na vítima o perseguidor que o forçava a uma desesperada e legítima defesa... quem é escolhido para inimigo é percebido como inimigo (Adorno e Horkheimer, 1985, p. 160).

A compulsão para matar a vítima só pode ser satisfeita através da racionalização que converte o irracional em racional, e a figura da vítima em agressor. Do ponto de vista do contexto social, a compulsão se torna um exercício de liberdade civil. O que é o comportamento racista numa sociedade racista senão comportamento ajustado e adequado às normas vigentes? Não há contradição aí, mas compatibilidade.

Isso quer dizer que a racionalização deve ser analisada de um ponto de vista psicossocial, tanto na sua base subjetiva (pulsões negadas) como na sua base objetiva (legitimidade numa sociedade da desrazão). Ela aponta tanto para a estrutura psíquica como para a essência da sociedade.

Em suas racionalizações, que envolvem tanto a racionalidade como a irracionalidade, o sujeito psicológico deixa de ser meramente psicológico. O analista que se envaidece de seu realismo assim se torna um dogmático no momento em que despreza os aspectos reais e objetivos da racionalização em favor de seu contexto psicológico fechado e imanente (Adorno, 1968, p. 82).

Se a estrutura psíquica é mediação entre a ideologia e a sociedade, isso quer dizer que o domínio do psicológico não pode ser concebido como um domínio autônomo e fechado em si mesmo.

Quanto mais estritamente o domínio psicológico é concebido como um jogo de forças autônomo e fechado em si mesmo, mais completamente o sujeito é esvaziado de sua subjetividade. O sujeito sem objeto, que é lançado sobre si mesmo, congela num objeto. Ele não pode sair de sua imanência e não equivale senão à equações da energia libidinal (Adorno, 1968, p. 81).

A estrutura psíquica é mediadora porque é mediatizada pelas forças sociais prevaescentes. Nesse sentido, a análise psicossocial é reveladora do todo social.

Vejamos agora como o instrumental metodológico de **A Personalidade Autoritária** operacionalizou o conceito de ideologia, com vistas a descobrir as configurações psicológicas que a sustentam. Na verdade, foram utilizadas escalas de medição de atitudes já existentes (e criadas sobretudo por Sanford) para operacionalizar as ideologias do Anti-semitismo (AS), Etnocentrismo (E) e Conservadorismo Político e Econômico (CPE). A hipótese básica era a de que esses sistemas ideológicos estavam correlacionados entre si e vinculados a uma estrutura de personalidade denominada Personalidade Autoritária.

Digressão teórica

Enquanto fenômenos psíquicos (opiniões, atitudes, valores) as ideologias não são entidades observáveis e mensuráveis, porque não são entidades que possam ser vistas ou tocadas. Mas podem sofrer uma espécie de *tradução empírica* como acontece com os termos teóricos na Física e mesmo na Psicologia, como os termos mentais, mediante uma cláusula de redução do tipo

$$(Vx) (P_1 x \rightarrow (Q x \equiv P_2 x))$$

Nesta fórmula, P_1 e P_2 representam termos observacionais e Q o termo teórico a ser definido operacionalmente.

A cláusula da redução está formalmente presente nas chamadas definições operacionais. Definições operacionais não são definições explícitas mas contextuais, vale dizer que nelas o termo a ser definido Q está contido na fórmula mas não como membro de uma equação na

qual apareça como *definiendum*. Dessa maneira, o termo teórico Q no caso, a ideologia do sujeito, será traduzida empiricamente pelas respostas P₂ às asserções postas P₁.

As asserções P₁ tinham um conteúdo que não era *claramente* ideológico de modo que o sujeito pudesse respondê-las sem usar os habituais controles defensivos do ego (não se mostrar preconceituoso). As respostas às asserções mediriam, assim, o conteúdo ideológico das representações dos sujeitos.

As asserções de AS eram negativas mas *sutilmente* antisemíticas através de uma modalização cuidadosa do sentido. As outras escalas seguiram o mesmo caminho.

Algumas previsões foram feitas:

Os sujeitos de escore alto em AS serão altos em E e altos em C P E.

Os baixos em A S serão baixos em E e baixos em C P E.

No entanto, 50% dos sujeitos com escore alto em C P E eram médios ou baixos nas duas outras escalas, embora os baixos em C P E nunca fossem altos nas duas outras escalas.

Adorno interpretou: nem todos os conservadores em matéria de economia e política são preconceituosos ou anti-democráticos. Mas aqueles que são conservadores em matéria de economia e política e apresentam alto grau de etnocentrismo são, provavelmente, os fascistas em potencial. Chamou-os de pseudo conservadores.

Em última análise, as três escalas iniciais permitiram que Adorno discernisse entre conservadores genuínos e pseudo conservadores. Os pseudo conservadores não gostam da democracia mas são convencionais nas suas opiniões políticas; no entanto, se a caça às bruxas for aberta e julgada legítima, eles jogam fora a casca democrática, e exercem o arbítrio como liberdade civil.

Essa é a organização psicológica potencialmente respondente ao apelo à irracionalidade institucionalizada.

Para confirmar os resultados das três escalas, foi criada a escala de Fascismo. Já com dados de entrevistas clínicas-piloto, foi elaborada uma escala projetiva que não mencionava minorias étnicas e suficientemente ambígua para descontrolar os controles do ego e permitir a projeção de *tendências anti-democráticas implícitas*.

A corroboração dos resultados das quatro escalas atitudinais foi buscada em entrevistas clínicas e testes projetivos, com vistas a estudar mediante a interpretação analítica, a psicodinâmica de alguns sujeitos altos e baixos (de acordo com as escalas anteriores).

Não pretendo analisar aqui a complexa trama das 1.000 páginas de *A Personalidade Autoritária* no sentido de criar e testar instrumentos de coleta e

análise quantitativa e qualitativa dos dados, bem como a corroboração de suas hipóteses pela investigação clínica. Nem tampouco me reportar às inúmeras pesquisas subsequentes para confirmar ou refutar os seus resultados.

A discussão metodológica desse extenso e ousado trabalho que indignou a muitos americanos que julgaram que Adorno estava atacando o alvo errado ao atribuir um *fascismo potencial* para bons cidadãos norte-americanos (e não, para os comunistas, *verdadeiros autoritários*), pode ser concentrada num ponto: a *tipologia* psicológica das tendências ideológicas dos sujeitos estudados.

No capítulo 19, Adorno descreveu 11 tipos e síndromes psicológicos, divididos entre os sujeitos de alta pontuação (6) e baixa pontuação (5). Afirmou, então:

Poucos conceitos da psicologia norte-americana contemporânea tem sido tão criticados como os de tipologia (Adorno, 1950, p. 678).

Refere-se aos psicólogos que acham que a tipologia nunca capta o que é único porque as suas generalizações não possuem validade estatística e nem sequer proporcionam instrumentos heurísticos produtivos. Ou seja, tipologias só servem para descaracterizar e homogeneizar as individualidades humanas. Adorno justificou, então, a tipologia de *A Personalidade Autoritária*, de maneira melancólica:

Em outras palavras, aqueles que criticam a tipologia não devem esquecer que grande número de pessoas *não são* já, seria melhor dizer que *nunca foram indivíduos* no sentido que lhes deu a filosofia tradicional do século dezenove. Se existem aqueles que pensam segundo rótulos, isso se deve unicamente porque os processos sociais subjugadores, obscuros, estandarizadores e rotulantes que praticamente não dão ao indivíduo liberdade de ação nem oportunidade de verdadeira individuação, determinam este modo de pensar... Temos razões para buscar tipos psicológicos porque o mundo em que vivemos *está tipificado e produz* diferentes *tipos* de pessoas. Apenas mediante a identificação dos traços estereotipados do homem moderno e não negando a sua existência pode se contrariar a tendência perniciosa para a classificação e agrupação gerais (Adorno, 1965, p. 678).

Ou seja, a tipologia é *descritiva* no que se refere à homogeneização das estruturas psíquicas humanas mas é também e sobretudo, uma *denúncia* da sociedade existente.

Na verdade, é preciso conhecer os mecanismos sociais e psicológicos que produzem esta forma sofisticada e última da alienação que é o não-indivíduo ou a não-individualidade que a tipologia denuncia. Subjetividades reificadas, puros *ids* gravitando no todo totalitário, os indivíduos da sociedade burguesa são os exemplos mais refinados de uma brutal heteronomia a que nenhuma Psicologia Negativa deve se manter insensível. Vide a descrição do processo de des-individação em marcha que Adorno assinala na *Dialética do Esclarecimento*, a expropriação psicológica e a destruição do indivíduo enquanto obstáculo à produção (Adorno e Horkheimer, 1985, p. 185-190).

O que me faz concluir o seguinte: às críticas à *A Personalidade Autoritária* que lhe atribuem um caráter positivista no uso de instrumentos como as escalas de medição de atitudes e a própria escala F, só tem deixado de lado o essencial: o seu caráter *crítico* mesmo quando descreve, explica ou interpreta os dados de pesquisa.

O aparato metodológico de *A Personalidade Autoritária* só serve como ponto de partida para ser transcendido pela mediação teórica, que supera os limites impostos pela positividade imediata. A crítica ideológica do indivíduo é, nesse sentido, a recuperação do movimento histórico através da análise cortante de suas várias coagulações subjetivas.

Referências

- Adorno, T.W. e colaboradores. (1950) *La Personalidad Autoritaria*. Buenos Aires: Ed. Proyección (Tradução).
- Adorno, T.W. (1988) Sociology and Psychology II. *New Left Review*, 47, 80-82.
- Adorno, T.W., e Horkheimer, M. (1985) *Dialética do Esclarecimento*. Rio de Janeiro: Zahar (Tradução).
- Carone, I. (1987) *Teoria Crítica e Psicologia Social*. São Paulo: EDUC.